



PARECER – CONTROLE INTERNO N° 1324/2024

Processo licitatório: nº 6/2024-00032

Modalidade/procedimento: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Assunto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS PARA O FUNCIONAMENTO DO DEPOSITO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ACARA/PA.

I - DO RELATÓRIO

Refere-se ao processo administrativo encaminhado a este Controle Interno Municipal pela comissão permanente de licitação – CPL, para análise de conformidade e regularidade, sob o manto da inexigibilidade, para locação de imóvel para fins não residenciais para o funcionamento do depósito de alimentação escolar, para atender as necessidades secretaria municipal de educação de Acará/PA, com fulcro no art 74, V, da lei nº 14.133/2021.

Após análise minuciosa do processo licitatório acima referendado, esta Controladoria Interna, no uso de suas atribuições, passa a opinar.

É o breve relatório

PRELIMINAR

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONTROLE INTERNO

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnica é vinculada à atividade prevista na Constituição Federal em seu artigo 74 no qual prevê as atribuições do Controle Interno perante à administração pública, bem como sua responsabilidade.

Cabe aos responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo tribunal de Contas que forem vinculados.

A Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabuladas no art. 74 da Constituição Federal/1988, in verbis:



“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

A Controladoria Geral do Municipal do Acará – CGM, foi regulamentada pela Resolução nº 7739-TCM/PA e, têm suas atribuições regulamentadas pela Lei Municipal nº 094/2005, de 24 de março de 2005.

A rotina de trabalho adotada pelo Controle Interno cabe, primordialmente, exercer a fiscalização dos atos da administração, comprovando os princípios constitucionais tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e quando detectadas possíveis irregularidades insanáveis dos atos e fatos administrativos internos da gestão pública, nas execuções orçamentárias e financeiras efetivamente realizadas, esta Controladoria encaminhará denúncia ao Ministério Público e comunicará os Órgãos de Controle Externo sobre tais irregularidades.

Lei municipal nº 094/2005, DE 24 DE MARÇO DE 2005

Art. 2º é responsabilidade da coordenadoria de controle interno, nos termos do parágrafo único do art 2º da resolução nº.7739/2205 TCM-PA, o acompanhamento da



legalidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado, observando, ainda, o disposto nesta lei.

Art. 3º a coordenadoria de controle interno – CCI fiscalizará o cumprimento das normas estabelecidas constantes da lei complementar nº.101/2000.

Neste sentido cabe a ressalva quando a responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno. Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle externo. Importante também destacar que o Controlador Interno não é o ordenador de despesas e que tal atribuição se restringe ao ordenador, neste caso.

II - DA ANÁLISE

Preliminarmente, esclarecemos que tal exame aborda os aspectos gerais do processo, inerentes às atribuições do Controle Interno, bem como os aspectos jurídicos, como exige a Lei 14.133/2021.

Seguem os seguintes documentos analisados: Capa do processo, Ofício nº.1260/2024 - GAB/SEMED/PMA, Documento de formalização de demanda, Declaração de Inexistência de Imóveis Públicos Vagos e Disponíveis, Laudo Técnico de Avaliação de Imóvel Rural, Termo de Abertura de Procedimento Administrativo, Decreto nº 09/2022, Estudo técnico preliminar, Análise de Risco, despacho para autoridade competente, despacho para solicitação de dotação orçamentária, despacho – contabilidade, declaração de adequação orçamentária e financeira, despacho prosseguimento do feito, Termo de Referência, ofício 519/2024 – GAB/PMA, ofício 122/2024/CPC, nota técnica 326/2024, decreto nº 24/2023-GP/PMA, autuação processo administrativo nº 202406108, convocação, juntada de documentos, instrumento particular e contrato de compra e venda de cessão de posse e transferência, parecer técnico, solicitação parecer jurídico, minuta de contrato, parecer jurídico nº 002/2024, despacho de avaliação de conformidade – CPL.

A Comissão Permanente de Licitação atuou o processo e elaborou minuta do Contrato considerando como modalidade Inexigibilidade de Licitação, consoante o disposto pela Lei 14.133/2021.



O presente processo administrativo respeita às normas legais vigentes, sendo assim feita a análise técnica do objeto, o processo de Inexigibilidade de Licitação desenvolveu-se dentro dos requisitos da Lei 14.133/2021

DA MODALIDADE ADOTADA

Em relação ao dispositivo legal fundamentado, o processo licitatório torna-se inelegível quando houver inviabilidade de competição, enumerado algumas situações expressas, como é o caso do art. 74, V, da lei nº 14.133/2021.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

(...)

Em análise aos fundamentos apresentados neste processo, pode-se revelar a confirmação da regularidade utilizada pelos tramites autuados neste processo, tendo em vista suas análises.

Nesse sentido, o Parecer Jurídico foi pelo prosseguimento da contratação sobre a qual versa o presente processo administrativo, aprovando-se em aspectos legais o referido procedimento.

Tendo como a referida análise efetuada pelo setor jurídico, apresentada em sua conclusão, de onde não se identificou óbices ao prosseguimento da contratação sobre o qual versa o presente processo administrativo, aprovando o mesmo em perfeitas condições para a efetuada celebração.

Diante disso, é consabido que a administração pública pode por livre conveniência e oportunidade, escolher a melhor forma de contratar com o particular para a efetiva prestação dos serviços necessários à gestão, desde que cumpridos os requisitos e sua legalidade.

Neste sentido, observa-se que o referido processo está em conformidade com a Lei 14.133/2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.



DO REPASSE FINANCEIRO

No que tange sobre a existência de previsão orçamentaria para custeio da despesa, conforme entendimento sobre despacho do setor de contabilidade, que, *“Em atendimento ao disposto no art. 74, da Lei Federal nº 14.133/21 da Lei Federal e suas alterações posteriores e ao art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, vimos por meio deste, informar a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido de lastro orçamentário previstos na Lei Orçamentária Anual, bem como ao estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e previamente planejado pelo Plano Plurianual de 2022 a 2025, para atender as despesas conforme o objeto...”*, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Acará/PA.

Ademais, conforme a declaração correspondente à dotação orçamentaria, declarou o ordenador de despesa que, *“...para os efeitos do inciso II do art. 16 da Lei Complementar N° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas especificadas no (Termos de Referência - TR) em apenso nos autos deste processo, possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).”*

É de importância ressaltar que no referido processo obteve o cumprimento de suas fases, tendo sua verificação documental atestada por veracidade pela comissão permanente de licitação – CPL e previsão de adequação orçamentária financeira. Portanto, neste sentido, passasse a apreciar as devidas documentações regulares e aprovadas por este controle.

Face ao exposto, considero regular e legal a modalidade escolhida para o objeto singular proposto.

DO JULGAMENTO

Com relação ao julgamento dos preços e documentação de habilitação, não se verificou nenhuma anormalidade nos autos, estando os preços dentro da média, os documentos de habilitação estão regularmente adequados às exigências de sua modalidade. Tendo em vista posterior julgamento, observou se que foram cumpridas todas as etapas.

DAS RECOMENDAÇÕES

Esta Coordenadoria de Controle Interno ORIENTA:



Que sejam realizadas as publicações no quadro de avisos da unidade gestora e na imprensa oficial o extrato da Inexigibilidade da Licitação;

Que sejam realizadas as publicações no quadro de avisos da unidade gestora e na imprensa oficial dos Extratos de Contratos;

Que após a assinatura dos contratos sejam anexados os termos de nomeação dos respectivos Fiscais dos Contratos.

III - CONCLUSÃO

Face ao exposto, este Controle Interno considera o processo REGULAR, cumprindo até o momento, todos os requisitos propostos pela Lei de Licitações, Lei 14.133/2021, bem como, o respeito aos princípios norteadores da Administração Pública, legalidade, publicidade, eficiência, moralidade, proporcionalidade, interesse público, transparência, isonomia e vinculação ao edital. Desta forma, essa unidade de Controle Interno, não vislumbra óbice ou máculas no procedimento que possa invalidá-lo ou revogá-lo.

Contudo, atente-se à recomendação realizada em apreço, a fim de facilitar o desenvolvimento e a comprovação dos atos do processo administrativo, afim de atingir as exigências legais e para que o procedimento licitatório cumpra efetivamente seu objetivo e alcance o seu êxito na contratação e posterior a este, estará apto para gerar despesa ao Município de Acará no Estado do Pará.

Por fim, tendo em vista a real necessidade da execução do mesmo para benefício público, opinamos para a referida aprovação dos autos.

Encaminham-se os autos à CPL para os ulteriores de praxe.

É o parecer

Acará – PA, 27 de junho de 2024

YURI DIAS
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE ACARA/PA
DECRETO 032/2023-GB/PMA